

O turismo na Bahia e a difusão dos saberes tradicionais dos povos e comunidades da Reserva da Jaqueira, Matarandiba e Quilombo Kaonge

Salette Vieira

Doutoranda em Difusão do Conhecimento (PPGDC/UNEB), Brasil.

Professora Assistente UNEB, Brasil.

E-mail: salette.vieira@gmail.com

Clícia Maria de Jesus Benevides

Doutora em Química Analítica (UFBA), Brasil.

Professora Titular UNEB, Brasil

E-mail: cbenevides@uneb.br

Natália Silva Coimbra de Sá

Doutora em Cultura e Sociedade (UFBA), Brasil.

Professora Adjunta UNEB, Brasil

E-mail: natalia.coimbra@gmail.com

Resumo

No estado da Bahia há crescimento de comunidades tradicionais que desenvolvem a atividade turística em seus territórios que, em muitos casos, buscam o turismo como estratégia de posicionamento a partir da qual conseguem falar de si ao mundo, mantendo suas tradições. Este trabalho tem como objetivo analisar a difusão dos saberes tradicionais no turismo por parte de alguns povos e comunidades na Bahia: Reserva Pataxó da Jaqueira, Matarandiba e Quilombo Kaonge. A abordagem é descritiva e exploratória, de caráter qualitativo, tendo como principais instrumentos de coleta de dados o levantamento bibliográfico, observação direta e aplicação de entrevistas com as principais lideranças. As comunidades foram definidas após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão. Foi realizada explanação das comunidades analisando os principais métodos de difusão e verificou-se que os saberes e fazeres são transmitidos de geração em geração e adaptados para as atividades turísticas. Todas as comunidades têm como a finalidade de fortalecimento dos seus patrimônios culturais e naturais, o que é expresso fortemente em seus roteiros através de palestras e vivências. Considera-se fundamental apoiar as comunidades na preservação e transmissão de seus conhecimentos, respeitando suas tradições e modos de vida únicos e contribuir, por meio da publicação de pesquisas mais avançadas sobre o tema, colaborando com o processo de difusão.

Palavras-chave: Saberes tradicionais. Comunidades tradicionais. Turismo. Difusão do conhecimento.

1. INTRODUÇÃO

Os saberes e modos de vida tradicionais são formas de resistência à lógica hegemônica, seus conhecimentos sobre a natureza (e derivados dela) que apontam formas sustentáveis de agir sobre o meio ambiente e a cultura. Ao contrário das sociedades capitalistas, pautadas na acumulação de riquezas materiais e na exploração predatória dos recursos naturais, os grupos tradicionais dão exemplos de relações equilibradas com o planeta, mostrando-nos como conservar e utilizá-los sem ameaçar sua existência.

Contrapondo a esta ordem hegemônica, a diferença ganha espaço nas discussões em decorrência da interculturalidade, uma vez que se propõe a promover a integração entre os povos, um ambiente de respeito às diferenças, de solidariedade e de justiça social visando assegurar que as futuras gerações possam usufruir todo o legado de seus ancestrais. Na atividade turística, este paradoxo entre o local e o global, expõe de modo mais amplo as vivências das comunidades tradicionais e seus povos. Assim, os comunitários se percebem como cidadãos do mundo que necessitam atribuir novos significados ao contexto e ao espaço social no qual vivem e realizam suas ações cotidianas.

O conhecimento transmitido em povos e comunidades tradicionais abrange diversos domínios, como técnicas de agricultura, medicina natural, crenças espirituais, habilidades artesanais, narrativas orais, culinária, expressões artísticas, dentre outros. Essa sabedoria ancestral é fundamentada na experiência acumulada de várias gerações e tem sido crucial para a adaptação dessas comunidades aos diferentes ambientes naturais ao longo do tempo.

Na Bahia, há uma grande diversidade de comunidades tradicionais que desenvolvem atividade turística em seus territórios (VIEIRA; BENEVIDES; SÁ, 2022). Em muitos casos, essas comunidades buscam o turismo como uma estratégia de posicionamento a partir da qual conseguem falar de si ao mundo, mantendo suas tradições. Desta maneira, o turismo se configura como instrumento de revitalização de símbolos, sinais e referências de um determinado grupo étnico, na medida em que seus traços de diferenciação será a garantia da atratividade turística, bem como de legitimidade frente a outros grupos sociais.

Nesse sentido, de acordo com Wainberg (2003), o turismo tem se constituído um fenômeno específico da comunicação humana, promovendo uma tarefa importante, porém, desafiadora: apresentar o “estranho”, as singularidades alheias, como algo não ameaçador e passível de ser vivenciado. Quando esse conhecimento tem a possibilidade de ser transmitido, não apenas entre os membros da comunidade, mas também com os visitantes, a difusão dos saberes tradicionais pode ser ainda mais ampliada.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como os saberes tradicionais são formados e difundidos nas comunidades tradicionais na Bahia durante a atividade turística e como esses saberes se adaptam às mudanças do mundo contemporâneo.

Na primeira seção é feita uma breve contextualização acerca dos saberes dos povos e comunidades tradicionais. Na segunda seção há apresentação das formas de difusão de saberes e fazeres tradicionais de acordo com a bibliografia pesquisada e, em seguida, há explanação sobre esses saberes relacionados à atividade turística. Depois são apresentadas a metodologia da pesquisa, análise e discussão dos resultados. Por fim, são

tecidas algumas considerações finais orientadas à articulação dos seus saberes e fazeres tradicionais como essenciais para a sociedade contemporânea.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DOS SABERES DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O governo brasileiro através do Decreto nº 6040/07, no Inciso I do Art. 3 (BRASIL, s.p., 2007) traz a definição de comunidades tradicionais englobando também os povos indígenas que são entendidas como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Para as comunidades tradicionais as formas distintas de seus saberes, fazeres e organização social estão presentes em elementos que fazem a união das diversas expressões na cultura de trabalho, organização econômica, política, rituais, vivências espirituais, expressões artísticas e maneiras de se relacionarem com o ambiente em que vivem (SILVA, 2019).

Essas comunidades desenvolvem modos de produção próprios (Diegues & Arruda, 2001) e apresentam diversas atividades socioeconômicas de subsistência, como agricultura, pesca, coleta e artesanato (DIEGUES, 1996; ITESP, 1998). Em algumas comunidades, a localização periférica e urbana favorece a inovação e o empreendedorismo, com atividades comerciais e prestadoras de serviços.

As tradições referem-se aos aspectos culturais que seguem, geração a geração, sendo transmitidos como referências constantes, porém, não amalgamadas que se baseiam a continuidade da comunidade com costumes, rituais, crenças, língua, sotaque e termos regionais, usos, leis, e giram em torno de simbologia que pode ser similar em outra cultura, ou totalmente diferente, dependendo da distância e das influências recebidas.

Desta maneira, esses conhecimentos difundidos pela tradição compreendem a sabedoria interdisciplinar, holística, práticas e experiências de grupos étnicos tradicionais. A noção de conhecimentos tradicionais não remete a uma origem única formada em um determinado período, mas sim, à formas específicas e duradouras para geração de saberes, de modo que eles não precisem ser necessariamente antigos, pois são tradicionais nos seus procedimentos de produção (DIEGUES et al., 2000).

Assim, existe uma dificuldade em se definir especificamente o que são os conhecimentos tradicionais, locais, não-científicos, etc., devido à sua pluralidade, mas é possível apresentar suas características, como aponta Alonso (2005):

Conhecimentos tradicionais são conjuntos complexos que se apoiam na tradição, na observação e na utilização dos processos e recursos biológicos. Correspondem a concepções integrais da relação sociedade/natureza e exprimem-se e sistematizam-se através de mitos, rituais, narrações de caráter oral e práticas relacionadas com sistemas de ordem ambiental e de saúde, com instituições regulamentadas estabelecidas para lhe acender e para os aplicar, aprender e transmitir. A natureza é valorizada de forma diversa, segundo as condições e situações que as quais interagem e através de formas de perceber, representar, usar e inter-relacionar-se com as entidades não humanas (ALONSO, 2005, p. 296).

É importante destacar que não é possível tentar definir os conhecimentos tradicionais inserindo-os dentro de uma noção homogênea, ou com binarismos situando-os como uma categoria definida em oposição ao conhecimento científico, sem contemplar a diversidade e sem considerar que podem existir semelhanças entre os dois sistemas de saberes como, por exemplo, o caráter cumulativo da criação de conhecimento, que

permite sua reformulação e construção a partir do que existe e da interação dos indivíduos da comunidade (seja ela tradicional ou científica) com o ambiente que os rodeia, adaptando os conhecimentos às novas necessidades (SANTOS, 2007).

Assim, os saberes tradicionais são difundidos, sobretudo, pela memória, oralidade e observação. Dessa maneira, esses saberes tradicionais vão corresponder ao conjunto de conhecimentos e de práticas que podem estar implícitas ou não, pelos membros de uma cultura específica, baseada nas experiências e na observação através da oralidade, possuindo natureza dinâmica, pois, se adaptam de acordo com as necessidades do grupo social ao qual pertencem, sempre atrelados ao contexto socioeconômico, cultural e religioso (DIEGUES et al, 2000).

3. A FORMAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

Viveiros de Castro (2002) e Oliveira (2012) apontam que, para aprendizagem e transmissão de saberes tradicionais é essencial a convivência e a interação — processo que implica observação, aconselhamento, enunciação, silêncio e prática conjunta nas realizações de tarefas. “O saber é, portanto, gradualmente ensinado ao mesmo tempo em que é realizado e vivido” (OLIVEIRA, 2012, p. 174).

Do mesmo modo, Lévi-Strauss (1969) também indica que, para a formação dos saberes, os povos e comunidades tradicionais primeiramente observam a natureza, depois experimentam, criam hipóteses e, por fim, as testam. Ou seja, os saberes e fazeres nascem de sua interação com o meio onde vivem e entre seus os membros da comunidade.

A comunidade é o lugar de referência para a difusão dos saberes dos povos tradicionais, porém, de acordo com cada grupo étnico terão locais específicos para a manutenção da dinâmica do aprendizado, assim como também o momento temporal mais adequado para ser transmitido. As formas de transmissão de conhecimento são variadas e adaptadas às necessidades específicas de cada comunidade. Os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, assim como suas práticas, se opõem às práticas de dominação da razão instrumental, uma vez que prezam pela relação solidária entre os membros e o respeito ao meio ambiente.

Ao longo do tempo, foram construídos, acumulados, adaptados e selecionados conhecimentos sobre o meio – clima, fauna, flora, solo – e foram surgindo técnicas de manejo dos recursos naturais para suprimento de suas necessidades, sua subsistência. Essas técnicas são transmitidas geração a geração. Mas cabe mencionar que o saber e o saber-fazer construídos historicamente nesse contato intergeracional com o meio é o que lhes proporciona suas características peculiares, quando tratadas diferentemente das sociedades urbanas. Leitão (2011, p. 18) expõe que: “Populações tradicionais, embora não pertençam à cultura moderna, foram afetadas pela modernidade”.

De acordo com Moriand (2000) as formas de transmissão que mais se destacam nas comunidades tradicionais são:

- Transmissão oral: narrativas, mitos e histórias são difundidos oralmente de geração para geração, valorizando a linguagem e a memória coletiva;
- Aprendizado prático: habilidades e técnicas que são repassadas por meio da prática direta, com os mais experientes orientando os mais jovens;
- Ritos e celebrações: muitos saberes são incorporados em rituais, festivais e cerimônias, reforçando a identidade cultural e a coesão da comunidade tradicional;
- Arte e expressão cultural: a arte, música, dança e outras formas de expressão também são utilizadas para difundir os conhecimentos.

Oliveira (2012) indica que os saberes, comumente, são transmitidos a partir da infância, por meio da convivência e observação da dedicação e da repetição de tarefas realizadas em diferentes situações — cotidiano, rituais, festas, reuniões, entre outros. E Silva (2019) complementa que:

torna-se evidente que na infância são transmitidos os conhecimentos mais básicos, fundamentais para futuras elaborações complexas e para renovação e preservação dos saberes tradicionais de um povo. Nesse processo, a oralidade, a memória, especialmente a observação, as brincadeiras e caminhadas juntos aos parentes do ciclo familiar das crianças (pais, avós, tios, irmãos mais velhos), ou seja, o “estar junto”, são fundamentais para que sejam consolidados diversos tipos de conhecimentos e para que as futuras gerações tenham acesso a esses conhecimentos (SILVA, 2019, p. 391).

Assim, os mais velhos e aqueles que possuem mais experiências são os detentores dos saberes tradicionais. Contudo, informações documentadas desta natureza são incipientes, até pela própria natureza de formação e consolidação das práticas e saberes. A constituição e manutenção dos seus conhecimentos tradicionais dependerão da forma e emancipação que cada comunidade tem em relação à sua cultura e território.

Cunha, Rougeulle e Von Behr (2004, p. 11) esclarecem que alguns sinais compostos pela combinação de fatores naturais são elementos integrantes do saber tradicional, construído pela interação e visão individual e de gerações anteriores com o mundo, com a natureza, “seja pela observação ou pela experimentação, ou ainda, por sua própria cosmovisão”. Rodrigues (1999, p. 5) cita que os saberes também são transmitidos implicitamente por meio “da imitação de posturas, de atitudes, das regras”. A observação e a experimentação não necessariamente são acompanhadas de uma transmissão oral. A experiência vai além, e a transmissão oral é apenas uma das formas como ocorre a transmissão de saberes.

A transmissão de saberes tradicionais sobre vida, uso dos recursos naturais, arte, crenças, lendas, produção, geralmente, é feita oralmente, ou por observação e atenção, por meio de vivências, e pode ser em direção vertical, do mais velho para o mais novo, o que não impede que um membro mais novo ensine algo a um membro de mais idade; ou em direção horizontal, entre pessoas da mesma idade, ou faixa etária, geração ou gênero. Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski (2007, p. 52) definem isso como a “travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições”, que permite a continuidade da identidade da comunidade, mesmo havendo acontecimentos que desestruturam a forma anterior desses conhecimentos para transformá-los em novos conhecimentos e novas formas de reprodução social. A transmissão de saberes é, ao mesmo tempo, transmissão e transformação de saberes.

4. METODOLOGIA

A abordagem se baseou em uma pesquisa descritiva e exploratória, de caráter qualitativo, tendo como principais instrumentos de coleta de dados o levantamento bibliográfico, observação direta, caderno de campo e aplicação de entrevistas com perguntas abertas semiestruturadas. Para seleção das iniciativas e comunidades tradicionais foram definidos critérios de inclusão e exclusão e os respectivos participantes desta pesquisa.

Para isso, primeiramente, foi utilizado o levantamento das iniciativas de turismo em comunidades e povos tradicionais na Bahia realizado por Vieira, Benevides e Sá (2022). Neste estudo foram obtidos dados de 27 iniciativas que se configuravam em

diversidade de povos e regiões, sobretudo no litoral baiano, onde há forte presença da atividade turística do Estado.

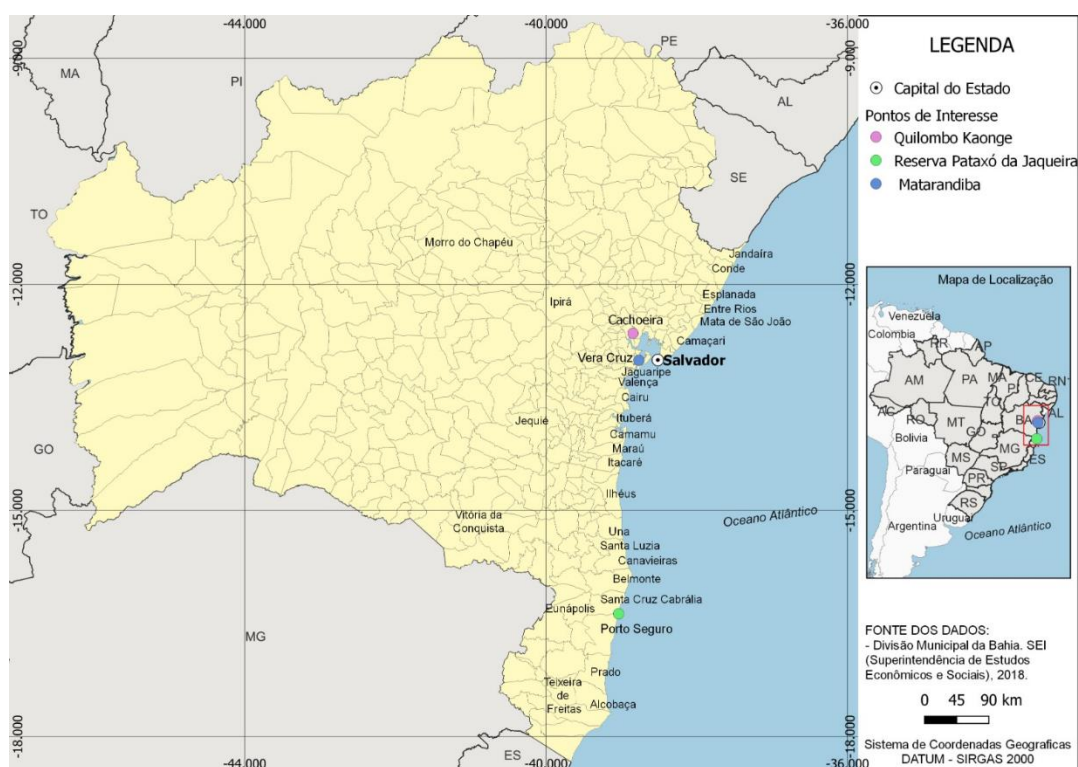
A seguir, para encontrar a amostragem, foram selecionadas as comunidades e iniciativas que participaram desta proposta de estudo a partir de critérios de inclusão predefinidos:

- a) Fluxo constante de recebimento de visitantes;
- b) Estrutura para recepção;
- c) Tempo de desenvolvimento de atividades turísticas de, no mínimo, dez anos.

Estes critérios se fizeram necessários para a definição dos sujeitos da pesquisa, pois, as comunidades necessitavam já ter roteiros em que existiam interações constante entre os turistas, momento que acontece a difusão de seus conhecimentos tradicionais. Além disso, a sua estrutura e tempo de existência de desenvolvimento de atividade turística apresentam-se como modos de organizações em que ocorrem o planejamento e estruturação, em que os sujeitos da pesquisa se colocam como protagonistas e possuam critérios e entendimentos acerca de seus saberes e fazeres, bem como seus processos de formação.

Após a aplicação dos critérios de inclusão foi realizado o recorte final, totalizando três comunidades tradicionais organizadas para o turismo: Reserva Pataxó da Jaqueira; Quilombo Kaonge; Matarandiba. A localização das três comunidades pesquisadas encontra-se na figura 1.

Figura 1: Localização das comunidades tradicionais pesquisadas



Fonte: As autoras, 2023.

A pesquisa de campo foi iniciada em setembro de 2022 à agosto de 2023 com visitas para observação das atividades e aplicação de questionários. Os líderes comunitários e/ou responsáveis pelas iniciativas de turismo assinaram carta de autorização para a realização da pesquisa nos respectivos locais.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas utilizando gravador de som ou, em conversas informais, junto às lideranças. Desta maneira, na coleta dos dados primários foram realizadas a observação direta, entrevista em profundidade e aplicação de questionários semiestruturados nas três comunidades. Também foram acompanhadas reuniões de grupos tais como relatos de experiência, capacitações e eventos envolvendo as atividades turísticas desenvolvidas (GIL, 2006).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Reserva Pataxó da Jaqueira

O turismo nas comunidades indígenas Pataxó, localizadas no Extremo Sul da Bahia, teve início ainda nos anos de 1970 quando foi finalizada a rodovia BR-101, que liga o extremo norte ao extremo sul do Brasil, e o crescimento de turistas e visitantes na região. No princípio, as comunidades indígenas vendiam artesanato nas praias e em espaços onde havia grande movimentação de visitantes (SANTOS, VIEIRA, 2019; COSTA, BISPO, 2021).

Posteriormente, houve interesse cada vez maior do público não apenas para a compra de artesanatos, mas também para a participação em rituais e celebrações próprias deste povo (LEAL, 2007). Esta foi uma maneira em que grupos indígenas tiveram a legalização dos seus direitos e retomada de práticas tradicionais por parte dessas populações. Essas práticas não eram somente heranças ancestrais, mas também um intercâmbio cultural com a invenção e a proliferação de diversas manifestações culturais, que eram constituídas de elementos nativos e também absorviam fragmentos no contexto regional, nacional e transnacional (HOBSBAWM, RANGER, 1997).

Segundo depoimentos colhidos em pesquisa exploratória junto aos indígenas da Reserva da Jaqueira, os costumes, a língua e o artesanato indígena dos Pataxó do Extremo Sul baiano não possuíam características específicas, porém, na década de 1990, alguns membros das aldeias foram conhecer e tomar parte de rituais, artesanato e costumes de outra aldeia Pataxó localizada no Estado de Minas Gerais.

No fim dos anos 1990, com a proximidade da comemoração do Governo Federal dos 500 anos do Brasil, vários grupos indígenas se articularam para retomar seu território, assim, diversos espaços voltaram a fazer parte, como a Reserva Pataxó da Jaqueira criada em 1998 a fim de ser um espaço conquistado pelos Pataxó, para a realização de celebrações e rituais tradicionais de seu povo e preservação ambiental, especificamente da Terra Indígena de Coroa Vermelha, localizada em Santa Cruz Cabrália (LEAL, 2007; PATAXÓ, 2021). Hoje a Terra Indígena de Coroa Vermelha se divide em duas glebas: A gleba A, à beira-mar, e a Gleba B, que fica na parte alta da mata, em cima das falésias. A área da Reserva da Jaqueira tem 827 hectares de Mata Atlântica.

A partir das experiências e possibilidades que as irmãs Nitynawã, Jandaya e Nayara, que viajaram para outras comunidades Pataxó a fim de redescobrir a língua tradicional e seus modos de produção, o turismo passou a ser o principal incremento de renda da comunidade (PATAXÓ, 2021). A organização em associação e instituto também possibilitaram o turismo como uma ferramenta para a preservação cultural, o desenvolvimento sustentável e a conscientização. Ao permitir que os visitantes mergulhem nas tradições e na sabedoria dos Pataxó, promovendo os intercâmbios as

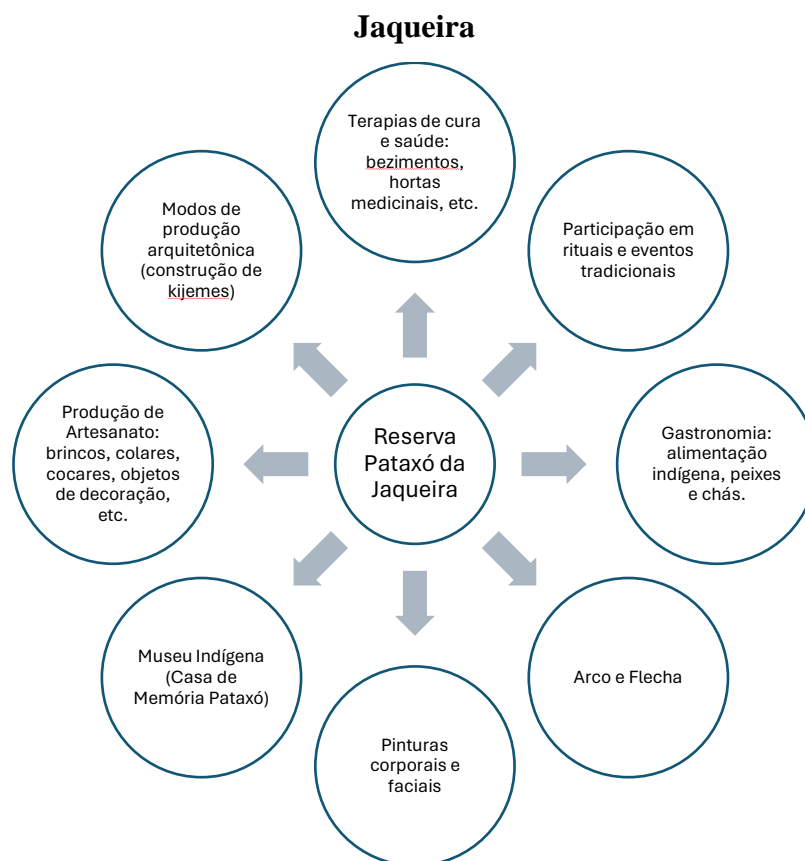
experiências dos viajantes, também contribuem para a continuidade e o florescimento da herança cultural indígena do Brasil.

Segundo os depoimentos da pesquisa, as formas de transmissão dos saberes se dão principalmente pela oralidade, pela observação e pela repetição. Desde crianças os indígenas da Reserva Pataxó da Jaqueira têm contato com as narrativas históricas, a preservação do meio ambiente e das vivências na floresta. De acordo com Pataxó (2021) os mais velhos difundem os saberes ancestrais aos mais novos e esses, por sua vez, começam a exercer as atividades desde o guiamento, feitura dos artesanatos até a administração e liderança da comunidade. Os Pataxó da Jaqueira visam perpetuar seus saberes na prática de seu cotidiano e em apresentações e venda de artesanato para os turistas que os visitam.

A Reserva da Jaqueira busca um modelo de gestão participativa, pois, os membros da comunidade local não só participam ativamente de todas as etapas da operação turística, como também conciliam as atividades cotidianas da vida na aldeia – como preparar alimentos, fiscalizar a mata e cuidar das crianças – com as atividades turísticas, de forma horizontal e colaborativa, levando em consideração “a habilidade e conhecimento de cada membro da comunidade” (COSTA, 2022, p.70).

A comunidade indígena possui diversos roteiros que são apresentados aos turistas. No principal, os visitantes, logo que chegam à Reserva, são recepcionados por um guia indígena que faz uma palestra sobre a história de luta e as ricas tradições resistentes do povo Pataxó, em um movimento de promover a educação étnico-racial dos turistas. Posteriormente, outro guia apresenta a segunda palestra, desta vez voltada para a descrição dos objetos, seus respectivos fazeres tradicionais e suas histórias, em uma proposta de valorização do patrimônio cultural Pataxó.

Verifica-se, nesta análise, que os indígenas Pataxó da Jaqueira, estão se valendo da visita e de toda a experiência turística para sensibilizar não indígenas acerca das suas pautas de luta, mas também para desconstruir o imaginário da maioria desses visitantes que chegam, muitas vezes, cheios de preconceito e visões estereotipadas e deturpadas acerca dos povos indígenas de hoje. E, nesse sentido, observa-se a importância da difusão dos seus saberes e fazeres nesse processo (Figura 2).

Figura 2: Saberes e fazeres difundidos pelo turismo na Reserva Pataxó da

Fonte: as autoras, 2023.

Há de se pensar sobre o diálogo entre saberes tradicionais e científicos como uma forma de preservação da cultura, já que “os turistas e o turismo em geral podem se transformar numa parte integral da cultura” (GRABURN, 2009, p. 19). Para tal, a Reserva da Jaqueira deixa elucidada a importância da participação dos jovens de modo a refletir o “passado” (trabalhos tradicionais), “presente” e “futuro” (turismo), trabalhando na mesma direção.

Os conhecimentos práticos de trabalho com o turismo também são feitos com a fé, lendas, histórias, rituais e resistência. O que se percebe também é que, desde tempos atrás, há uma perspectiva holística (do todo) sobre o mundo, a cosmologia Pataxó, do meio ambiente, em que a tríade sagrado-homem-natureza é presente.

5.2 Quilombo Kaonge

As comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape estão localizadas no município de Cachoeira, Bahia, no entorno da Baía de Todos os Santos e da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Baía do Iguape. As comunidades ocupam a região desde os tempos do Brasil Colônia, tendo sido formadas por negros escravizados dos engenhos e fazendas de cana-de-açúcar da região, constituindo atualmente territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (FRAGRA, 2006).

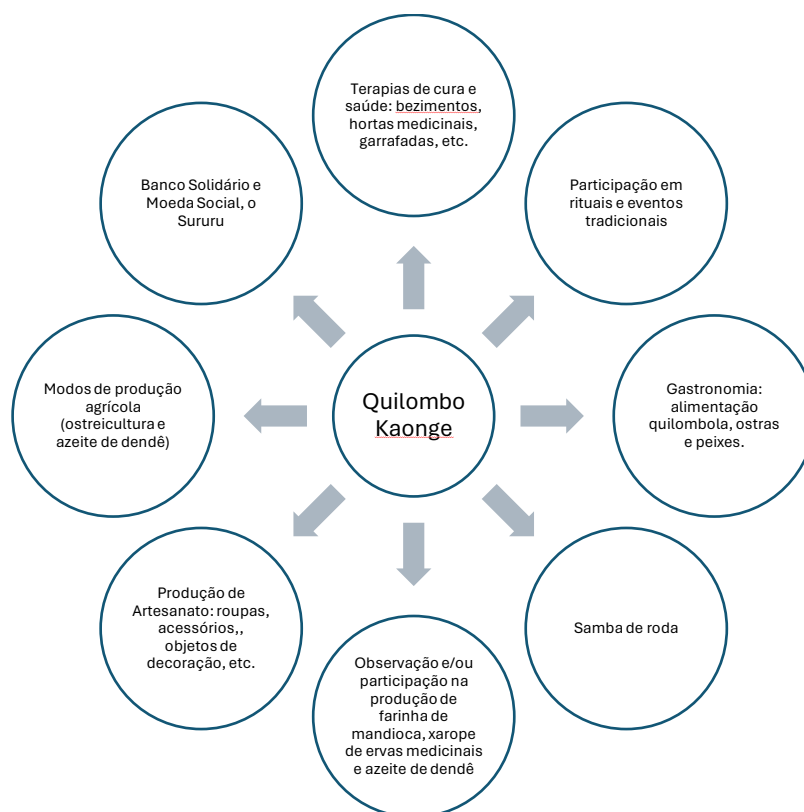
A comunidade quilombola do Kaonge pertence ao distrito de Santiago do Iguape, distrito da cidade de Cachoeira, onde dista 40 km, nas margens do rio Paraguaçu, no Recôncavo Baiano Sul. A região fica em Santiago do Iguape, próxima também da cidade

de Santo Amaro. A 160 km de Salvador, no Vale do Iguape estão localizadas diversas comunidades quilombolas. É uma região que, em decorrência do período açucareiro, foi ocupada por diversos engenhos e, por isso, há uma presença de comunidades negras oriundas desse contexto (MAGALHÃES, 2013).

As tradições culturais ancestrais (festivas, religiosas, estéticas, artesanais, culinárias, organizativas e produtivas) articulam-se com iniciativas educativas organizadas pelas próprias comunidades que valorizam o fortalecimento da cidadania na luta por políticas públicas inclusivas. Nesses territórios quilombolas observam-se iniciativas importantes em torno da economia solidária (através de vários núcleos produtivos e do Banco Solidário Quilombola, com a moeda social “sururu”) e da sustentabilidade socioambiental (especialmente no contexto da Reserva Extrativista da Bacia do Iguape).

Atualmente vários griôs propulsionam o turismo étnico de base comunitária designado como “Rota da Liberdade”, cujo projeto é o acolhimento nas comunidades de turistas do Brasil e do exterior para convivência e participação em oficinas de artesanato e passeios temáticos de cunho cultural. As iniciativas pioneiras do Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape (CECVI) e do Conselho Quilombola vêm fortalecendo as expressões culturais dessas comunidades, suas tradições populares, memórias ancestrais e incrementando novas edições de eventos e atividades (festivos, religiosos, políticos, educativos, artísticos, etc.)

O envolvimento local com a valorização de uma cultura quilombola vem propiciando ao longo dos últimos anos o fortalecimento de manifestações festivas e pedagógicas (festas, samba de roda, dança “afro”, “rodas de conversa”, etc.), artesanais (artigos de vestuário, comidas típicas, objetos ornamentais), terapêuticas tradicionais (plantas medicinais, xaropes de ervas, rezas, etc.). Todas essas ações de fortalecimento também são difundidas nos roteiros que os visitantes têm a oportunidade de experimentar durante a vivência no Quilombo Kaonge (Figura 3):

Figura 3: Saberes e fazeres difundidos pelo turismo no Quilombo Kaonge

Fonte: as autoras, 2023.

Saberes, competências e habilidades são veiculados pelos mestres griôs que promovem a circulação de conhecimentos, contos, cantigas, e rezas pelas comunidades. Nesse contexto de resgate da cultura popular, destaca-se a importância da transmissão da memória e a participação comunitária no ritualismo católico e afro-brasileiro, que se articulam com o conjunto das manifestações festivas lúdicas e artísticas.

5.3 Matarandiba

Matarandiba é uma comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras, com menos mil habitantes, cuja população vive da renda gerada pela atividade da pesca artesanal e do extrativismo das suas áreas de manguezais, localizada na contra costa da Ilha de Itaparica, município de Vera Cruz, Bahia, na Região Metropolitana de Salvador, e fica aproximadamente a vinte e oito quilômetros da rodovia estadual BA-001 até chegar ao portão de acesso que indica a via de chegada à comunidade (SANTANA, 2011).

A realidade dos moradores de Matarandiba começou a ser alterada mais rapidamente quando a Dow Química comprou grande parte da área de Matarandiba e aterrou a vila, que passou a ter uma ligação terrestre com a Ilha de Itaparica. Isso aconteceu por volta dos anos 1970. Para a extração de sal gema foi instalada uma fábrica que é hoje a proprietária majoritária de Matarandiba, sendo que 97% do território da ilha pertence à Dow e 3% é dos moradores da vila que tiveram seus terrenos preservados. A presença da Dow Química trouxe grandes transformações para o cotidiano dos moradores (RIGO, 2015).

A empresa mineradora chegou de forma imponente, envolvendo um espaço marcado de memória e significações, uma vez que até aquele momento a força de trabalho dos moradores da vila se concentrava na pesca artesanal e na mariscagem e as relações de trabalho se baseavam na economia solidária. Atualmente, de acordo com os entrevistados, a maioria dos moradores relatam que o aterramento ajudou, contribuiu para que a vida deles melhorasse, facilitou o acesso ao continente e a cancela na entrada da vila ajuda na segurança. Para outros, o aterramento prejudicou a pesca, pois afastou os peixes de maior valor comercial.

A partir de um processo de mobilização dos moradores dessa vila, através de ações reivindicatórias junto à prefeitura do município de Vera Cruz e junto à mineradora Dow Brasil, a empresa convidou a ITES/UFBA (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial) no ano de 2007, para elaborar, junto à comunidade, um projeto com o intuito de responder às reivindicações em torno das condições de trabalho, renda, cultura, educação, entre outros temas relevantes para a comunidade (SANTOS, 2012).

Surge então o Projeto Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba (Projeto ECOSMAR) iniciado em agosto de 2007, tendo como objetivo promover o desenvolvimento local sustentável de Matarandiba, através da geração de trabalho e renda, tendo como base a criação de empreendimentos coletivos solidários voltados para a produção, consumo e gestão de serviços públicos locais, na perspectiva de institucionalização de uma rede de economia solidária (PROJETO ECOSMAR, 2007, p. 10). Após quatro anos de trabalhos, as ações do Projeto ECOSMAR permitiram conformar a atual Rede Local de Economia Solidária de Matarandiba, que consiste em organizações de naturezas diversas, tais como: a Associação Comunitária de Matarandiba (ASCOMA), a Associação Sociocultural de Matarandiba (ASCOMAT), o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilha mar (BCDI), o Infocentro Comunitário de Matarandiba (INFOMAR), o Grupo de Produção Agroecológica de Alimentos, o Divertir – turismo de base comunitária, padaria comunitária, grupo de ostreicultura familiar, o Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM) e do próprio comércio local, formal ou informal, que aderem ao sistema Concha.

De acordo com dados recolhidos em campo, esses empreendimentos atuam no intuito de organizar uma rede para ofertar produtos e serviços na perspectiva de soluções de problemas vividos na comunidade, desde o acesso a microcrédito solidário para produção e consumo até serviços de transporte, microinformática, bem como ações culturais, debate público local, formação e capacitação profissional, entre outras.

A Vivertur Matarandiba foi criada com o objetivo de fomentar e planejar a atividade turística. A organização tem como perfil o protagonismo da comunidade a partir do turismo de base comunitária, ou seja, de forma que a comunidade seja a responsável de maneira igualitária para definir, organizar, comercializar e planejar. Atualmente a Vivertur Matarandiba possui roteiros formatados para visitantes brasileiros e estrangeiros como também temáticos, de acordo com o perfil.

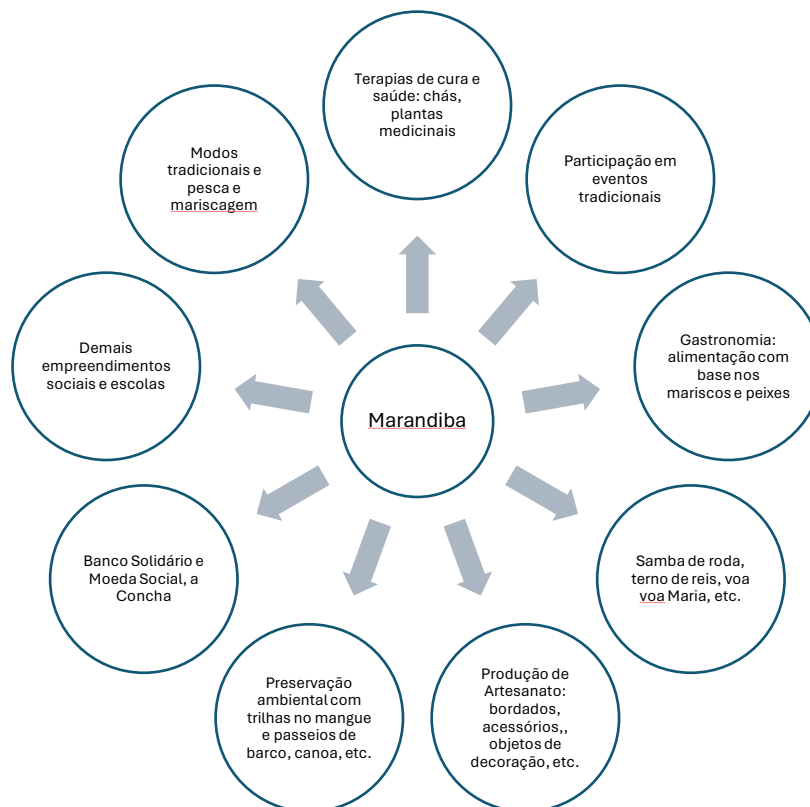
Os saberes adquiridos pela comunidade através da criação dos empreendimentos é uma das principais atrações para os turistas, sendo incluído nos roteiros comercializados por Matarandiba. A forma de organização e os benefícios que advém dos empreendimentos são transmitidos pelos líderes e responsáveis aos visitantes que, em muitas vezes, são membros de comunidades que vão conhecer com intuito de verificar possíveis soluções para aplicação em sua própria comunidade.

Outro ponto importante é o cuidado com o meio ambiente natural, que está implícito na vivência dos moradores uma vez que se encontram na Área de Proteção

Ambiental da Baía de Todos os Santos (ICMBIO, 2023). A população dessa comunidade vive, basicamente, da renda gerada pela atividade da pesca artesanal e do extrativismo das suas áreas de manguezais, assim, a preservação ambiental é colocada em evidência nas vivências turísticas.

Assim, na figura 4, são apresentados os principais saberes que a comunidade de Matarandiba, através da Vivetur, apresenta nos roteiros:

Figura 4: Saberes e fazeres difundidos no turismo na comunidade pesqueira e marisqueira de Matarandiba



Fonte: As autoras, 2023.

Matarandiba possui um cenário bastante aconchegante, calmo e, além de tudo, paradisíaco, com uma finalidade basilar: trazer à cena seus saberes, demarcando a identidade cultural da vila. O “Arrue”, o “Boi Janeiro”, os sambas de roda, o “São Gonçalo”, o “Terno das Flores”, o romance “Zé de Vale” convivem com as transformações culturais que ocorrem na contemporaneidade, espelhando a lógica atual das relações sociais e culturais existentes na vila.

Nesse sentido, os sujeitos da comunidade vivem suas tradições sem deixar de lado as diversas influências culturais que compõem o cenário contemporâneo. Isso posto, emerge uma nova maneira de difusão dos saberes, por meio da tradição, uma vez que esses saberes aparecem de forma híbrida, ou seja, convivendo com outros adventos culturais, como a cultura letrada e a cultura de massa.

As relações de parentesco também são alicerce pelo qual se tem a continuidade das tradições. As famílias estão unidas na colaboração das tarefas cotidianas e das festas, dadas as proporções, seja na mariscagem ou na pesca artesanal.

Assim, o turismo não é meramente uma atividade econômica de oferta e demanda, mas, além disso, também um emaranhado de relações sociais. Há uma questão importante na relação dos moradores de Matarandiba e os turistas, que estes tornam-se parte da família temporariamente, tomam parte do quintal como moradia, tem a possibilidade de preparar sua alimentação, ao mesmo tempo, em que a família se abre para conversações, em que os turistas podem saber da história de lutas, os costumes antigos e seu cotidiano num ambiente relativamente isolado. Nesse contexto, a família que empreende a hospedagem familiar, cuida dos turistas, seus “filhos e irmãos com prazo estabelecido”. As relações acabam não sendo apenas econômicas, dentro da perspectiva de demanda-oferta. Vínculos são criados, e os turistas acabam retornando a Matarandiba outras vezes, e aqueles turistas “clientes” passam a ser turistas “amigos”.

6 CONCLUSÃO

A reflexão aqui proposta procurou salientar, em parte, a difusão de conhecimentos de povos que passaram por um processo de colonização e muitos tiveram sua língua extinta, mas seus saberes permanecem vivos na documentação histórica e em seus descendentes através da oralidade e da memória.

Os povos tradicionais, como conhecedores da diversidade ambiental, clima, em especial das regiões onde vivem — e seus saberes — podem contribuir para o entendimento de diversas temáticas como organização societária, mudanças climáticas, biodiversidade, práticas medicinais, etc. Todavia, se faz necessário a aproximação e o diálogo entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, além da difusão e valorização da riqueza dos saberes tradicionais, que, como visto aqui, são dinâmicos e vivos.

Foram apontadas e analisadas nas comunidades de Matarandiba, Reserva Pataxó da Jaqueira e Quilombo Kaonge que a seletividade de saberes tradicionais com sua adaptação aos moldes na geração “aprendiz”, dos mais jovens, demonstra a essência de sua transmissão, haja vista que os conhecimentos não são forçados, mas postos para serem aprendidos, absorvidos junto com a nova geração de “aprendizes”.

Observou-se que todas as comunidades apresentam expressões artísticas, narrativas e formas de fazeres tradicionais de suas culturas, isso permite a continuidade da identidade de seu povo, mesmo havendo adaptações para transformá-los em novos conhecimentos e novas formas de reprodução social.

A difusão dos saberes no turismo das comunidades e povos tradicionais representam uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável local e a valorização da cultura local. Superar os desafios requer a cooperação entre comunidades, governos, organizações não governamentais e setor privado, buscando construir os objetivos de desenvolvimento sustentáveis, que valorizem a diversidade cultural e contribuam para a conservação dos recursos naturais.

Ainda se aponta nesta pesquisa que a promoção de uma abordagem participativa e inclusiva é essencial para garantir que a difusão dos saberes e fazeres no turismo seja uma força positiva na vida das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Margarita Flores. Proteção do conhecimento tradicional? In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Porto: Afrontamento, 2005. p. 287-311.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. *In: Ambiente & Sociedade*. Ano 2, nº 5, 2º semestre de 1999.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

COSTA, A. A. da S. **Tecendo o viver sossegado: as artes de resistência da Reserva Pataxó da Jaqueira**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estado e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2020.

COSTA, Alicia Araújo da S.; BISPO, Aline Santos. A participação indígena no turismo comunitário da Bahia: reflexões a partir da atuação da Reserva Pataxó da Jaqueira e da Rede BATUC. **Políticas Culturais em Revista**, v. 15, n. 2, p. 37-57, 2022.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira; ROUGEULLE, Marie Dominique; VON BEHR, Miguel Fernando. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 3. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, INEMA. **Áreas de Proteção Ambiental**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/>>. Acesso em: 27 set 2023

HOBSBAWN, Eric, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, RJ: Paz na Terra, 1997.

LEAL, R. E. da S. O turismo em terras indígenas sob o ponto de vista antropológico. **Caderno Virtual de Turismo**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 17-25, 2007. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/204>. Acesso em: 27 set. de 2023.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MAGALHÃES, Marize Torres. **Ponto de cultura e desenvolvimento humano: um estudo de caso na comunidade quilombola Kaonge**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2013.

MOIRAND, Sophie. Formas discursivas da difusão de saberes na mídia. **Rua**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2000.

OLIVEIRA, Joana Cabral. **Entre plantas e palavras**: modos de constituição de saberes entre os Bajai (AP). f. 282. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. Flashes do passado: O fotojornalismo como fonte histórica. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora: UFJF, v. 1, n. 2, jul./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.clionet.ufjf.br/rehb>>. Acesso em: 19 set. 2023.

PATAXÓ, A. N. Histórias da Reserva da Jaqueira: experiências de autogestão em etnoturismo. Monografia de Licenciatura Intercultural Indígena, Habilitação em Ciências Humanas. Instituto Federal da Bahia, Porto Seguro, 2018.

RIGO, Ariádne Scalfoni; DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LEAL, Leonardo Prates. Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba/BA. **Revista interdisciplinar de gestão social**, v. 4, n. 2, 2015. <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v4i2.9053>

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. Conflitos e Resistência: Comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 237, p. 347-364, 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte et al. Experiência, modernidade e campo dos media. Biblioteca On Line de Ciências da Comunicação. Portugal, 1999.

SANTANA, Clarissa Almeida de. Bancos comunitários de desenvolvimento e o apoio à promoção do desenvolvimento local: o caso do banco ilhamar. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos estudos-CEBRAP**, São Paulo, n.79, Nov, p. 71-94. 2007.

SANTOS, Marcelo Guerra; QUINTERO, Mariana. **Saberes tradicionais e locais**: reflexões etnobiológicas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 19.

SANTOS, Monique Aparecida. ECOSMAR, Projeto de Economia Solidária em Matarandiba-Como Avaliar?. **NAU Social**, v. 3, n. 4, p. 11-12, 2012.

SILVA, Francismary Alves da. A história das ciências e os saberes tradicionais. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 544-546, abr. 2017.

SOUZA, William Kennedy do Amaral. Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais: a (re) afirmação de modos de vida como formas de resistência. 2020. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

VIEIRA, Thaís Aparecida Pellegrini et al. Navegando pelos “causos” de Matarandiba: o oral como ressignificação. **Nau Literária**, 2013. <https://doi.org/10.22456/1981-4526.43394> Vol. 09, n. 02 (2013) - Dossiê: Voz e Interculturalidade.

VIEIRA, S.; BENEVIDES, C. M. de J.; SÁ, N. S. C. de. Turismo em comunidades tradicionais da Bahia: desafios e perspectivas. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 42-66, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/80364>.

VIVEIROS de CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. Cosac & Naif, São Paulo, 2002.

WAINBERG, Jacques Alkalai. **Turismo e comunicação: a indústria da diferença**. Editora Contexto, 2003.

Tourism in Bahia and the dissemination of traditional knowledge of the people and communities of Reserva da Jaqueira, Matarandiba and Quilombo Kaonge

Abstract: *In Bahia, there is an increase in the number of traditional communities that develop tourism activities in their territories. In many cases, they seek tourism as a positioning strategy from which they can talk about themselves to the world, while maintaining their traditions. This work aims to analyze the dissemination of traditional knowledge in tourism by some peoples and communities in Bahia: the Reservá Pataxó da Jaqueira, Matarandiba and Quilombo Kaonge. The approach is descriptive and exploratory, of a qualitative nature, with the main data collection tools being a bibliographical survey, direct observation and interviews with the main leaders. The communities were defined after applying inclusion and exclusion criteria. An explanation of the communities was carried out, analyzing the main methods of dissemination, and it was found that knowledge and traditions are passed down from generation to generation and adapted for tourism activities. All the communities aim to strengthen their cultural and natural heritage, which is strongly expressed in their itineraries through talks and experiences. It is considered essential to support the communities in preserving and passing on their knowledge, respecting their unique traditions and ways of life, and to contribute to the dissemination process by publishing more advanced research on the subject.*

Keywords: *traditional knowledge. traditional communities. Tourism. dissemination of knowledge.*